

Apresentação

Esta edição do Jornal de Políticas Educacionais vem ampliada em dois aspectos. De um lado, traz mais artigos que os usuais seis trabalhos que vimos publicando nos últimos anos, pois a demanda cresceu e entendemos que, com a ampliação do número de artigos por edição, temos condições de atender melhor um dos propósitos iniciais deste periódico, que é de oportunizar mais espaço para divulgação do conhecimento científico em políticas educacionais, o mais atualizadamente possível. Neste sentido, esta edição apresenta sete artigos e já ensaia uma ampliação que deve ser seguida no número 16, ainda dentro do volume 8 (2014).

A outra ampliação tem relação com o alcance do periódico. Como nossas revistas brasileiras têm sido procuradas/revisadas por pesquisadores de toda a América Latina, de maneira crescente, entendemos que seria oportuno oferecer mais evidência aos trabalhos aqui publicados para este público. Assim, a partir desta edição, todos os artigos terão, além do título, resumo e palavras-chaves em português e inglês, uma versão desses elementos em língua espanhola.

Nesta edição, nosso leitor é convidado, pelo primeiro artigo apresentado, a uma reflexão muito importante e sobre a qual recai sempre fortes polêmicas: a falta de docentes para a educação básica. O texto, de autoria de José Marcelino Rezende Pinto (USP-Ribeirão Preto e Fineduca), provoca um debate atual e complexo. O artigo apresenta dados que relativizam a ideia que o Brasil não tem ou não forma docentes em quantidade suficiente para atender a demanda das escolas brasileiras de educação básica. O que parece ocorrer, segundo o pesquisador, é que somente as vagas públicas no ensino superior já seriam suficientes para atender aquela demanda. O problema que o autor aponta ao final do texto é que nosso país carece de políticas efetivas no estímulo ao preenchimento das vagas nos cursos de licenciatura já existentes e à conclusão com êxito dos futuros docentes da educação básica.

No artigo seguinte, o consultor legislativo Paulo Sena Martins apresenta uma análise cuidadosa da tramitação das principais peças legais no Congresso Nacional referentes às políticas para a educação, com vistas a investigar o papel dos diferentes atores, em particular do poder legislativo, na definição dos rumos da educação nacional. O trabalho mostra que o poder legislativo não parece ser tão submisso ao poder executivo como convencionalmente é percebido.

O terceiro artigo desta edição é de autoria da professora Claudia Regina Baukat Silveira Moreira, da Universidade Positivo e Universidade Federal do Paraná. Neste trabalho, a autora nos apresenta uma reflexão muito apropriada para a pesquisa no campo das políticas educacionais, que tem relação com os limites e as possibilidades do uso de bancos de dados quantitativos para a pesquisa na área. O artigo mostra que, mesmo com os problemas diversos para a ação investigativa, parece determinantes que os pesquisadores do campo se apropriem deste tipo de dados e utilizem/construam novas abordagens metodológicas para o seu uso, destacando que os dados são importante expressão da realidade, mas seguramente não são a realidade em si mesma.

O artigo de Nalu Farenzena e Caroline Cristiano Cardoso, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sintetiza um levantamento importante realizado pelas autoras sobre a produção acadêmica discente sobre gestão e políticas da educação básica nos programas de pós-graduação em educação da região sul do Brasil. Este trabalho é a versão mais ampliada e completa de outro texto apresentado no Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, realizado em 2012 em Caxias do Sul. Nesta nova versão, atualizada e ampliada, as autoras debatem acerca da mencionada produção, e concluem que há uma produção crescente, especialmente concentrada na discussão temática vinculada à categoria políticas públicas, com foco territorial predominante no município.

O quinto artigo é de autoria de Leonete Luzia Schmidt e Rosinete Costa Fernandes Cardoso, ambas docentes da Universidade do Sul de Santa Catarina. Neste trabalho, as autoras debate a ação dos diretores escolares de

Santa Catarina em relação a um importante período organizacional da vida escolar, que é o bloco alfabetizador. Utilizando informações advindas de documentos e entrevistas, as pesquisadoras encontraram como resultado indicações de que o modelo de gestão mais utilizado pode ser traduzido como uma mescla entre a gestão democrática e a gestão gerencial, o que faz com que a organização do trabalho pedagógico junto ao bloco alfabetizador fique dependente das características e prioridades dada por cada um dos gestores analisados.

O sexto artigo também é um relato de pesquisa empírica que toma a realidade educacional de um estado da região sul do Brasil. Neste trabalho de Regina Stori e Maria José Dozza Subtil, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, as preocupações recaem sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Paraná, particularmente sobre o componente curricular que é a disciplina de Arte. As autoras mostram o processo de construção e gestão curricular analisando a condução dada pela Secretaria Estadual de Educação, e por um dos seus Núcleos Regionais de Ensino.

No sétimo e último artigo desta edição, Abelardo Bento Araújo, da Universidade de São Paulo, discute o chamado “quarto poder”, a imprensa, no que tange à temática da qualidade da educação no Brasil. O autor, com base em Amartya Sen, discute o papel da imprensa como potência democrática, mas, ao mesmo tempo problematiza a contradição do posicionamento da imprensa, que assume as versões oficiais do Estado brasileiro e o seu papel de escuta das diferentes vozes nas apresentações das demandas e, conseqüente, de alargamento do conceito de direito à educação, como na própria conceituação da qualidade da educação.

Mais uma vez, como podem ver, trata-se de uma edição rica, com temas, objetos e abordagens distintas. Assim, boa leitura a todos/as! Pedimos também que divulguem aos seus contatos, amigos, alunos e colegas interessados na temática.

Os Editores